

Resultados trimestrais do Governo Geral

Sumário Executivo

O Boletim de Estatísticas Fiscais Trimestrais do Governo Geral traz estatísticas das três esferas de governo – Governo Central, Estados e Municípios –, consolidadas no setor Governo Geral, apuradas pelo regime de competência. A publicação faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais de transparência fiscal e antecipa o cumprimento de recomendação do G-20 acerca da disseminação de dados fiscais.

No 3º trimestre de 2019, o total da receita do Governo Geral apresentou crescimento nominal de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, decrescendo, em porcentagem do PIB, de 39,4% para 37,9%. As principais variações foram em contribuições sociais, que cresceu 8,0%, e outras receitas, que apresentou queda de 6,7%, em termos nominais. As despesas tiveram decréscimo nominal de 2,0% alcançando 45,5% do PIB. Apesar de algumas despesas terem apresentado elevação, estas foram mais que compensadas por uma queda de R\$ 51,4 bilhões nos juros (30,7%).

A aquisição de ativos não financeiros (investimento) do Governo Geral registrou decréscimo de 7,3% no 3º trimestre de 2019 em relação ao 3º trimestre de 2018. Adicionalmente, houve aumento nas alienações de ativos não financeiros (430,3%) em virtude dos contratos de concessões de aeroportos e aumento do consumo de capital fixo (6,8%), tendo como consequência “investimento líquido em ativos não financeiros” negativo de 0,6% do PIB.

Como resultado desses fluxos a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral registrou decréscimo nominal de 22,9%, passando de 9,6% do PIB para 7,0% do PIB.

Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

Tabela 1. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 3º Trimestre de 2019

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
Transações que afetam o patrimônio líquido								
1. Receita	442.114	31.438	0	473.551	212.139	160.187	-147.551	698.327
2. Despesa	552.495	43.620	0	596.115	229.900	160.240	-147.551	838.704
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	9.156	0	0	9.156	10.284	9.210	0	28.650
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-101.225	-12.182	0	-113.407	-7.477	9.157	0	-111.727
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-110.381	-12.182	0	-122.563	-17.761	-53	0	-140.377
Transações com ativos não financeiros								
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-7.839	0	0	-7.839	-4.706	1.133	0	-11.412
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-102.542	-12.182	0	-114.724	-13.055	-1.186	0	-128.966
Itens de memorando:								
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	543.339	43.620	0	586.959	219.616	151.030	-147.551	810.054
2. Investimento bruto em ativos não financeiros	1.317	0	0	1.317	5.578	10.343	0	17.238
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária	-33.714	-12.275	0	-45.989	-1.282	-3.235	0	-50.507

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

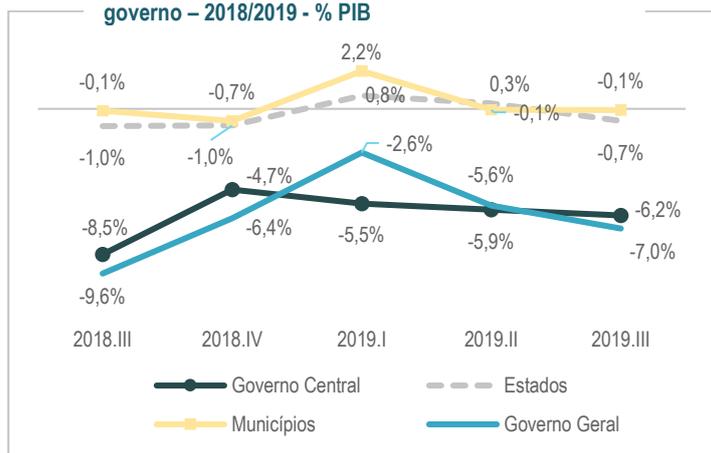
Tabela 2. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 2018/2019

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.III	2019.III	Diferença	Var. %
Transações que afetam o patrimônio líquido				
1. Receita	685.202	698.327	13.124	1,92%
2. Despesa	856.170	838.704	-17.466	-2,04%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	26.833	28.650	1.816	6,77%
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-144.135	-111.727	32.407	-22,48%
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-170.968	-140.377	30.591	-17,89%
Transações com ativos não financeiros				
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-3.691	-11.412	-7.721	209,21%
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-167.277	-128.966	38.312	-22,90%
Itens de memorando:				
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	829.337	810.054	-19.283	-2,33%
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	23.143	17.238	-5.905	-25,51%
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária	-51.098	-50.507	591	-1,16%

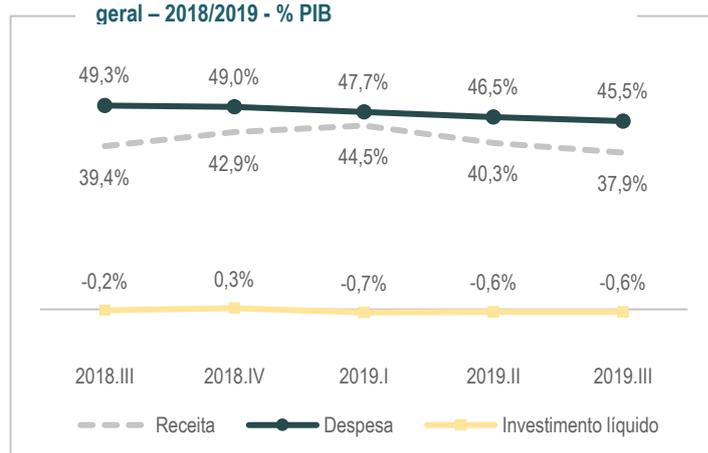
Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

Necessidade líquida de financiamento por esfera de governo – 2018/2019 - % PIB



Receitas, despesas e investimento líquido do governo geral – 2018/2019 - % PIB



Fonte: STN, IBGE e BCB

Receitas do Governo Geral

Tabela 3. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 3º Trimestre de 2019 – R\$ Milhões

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
1. Receita	442.114	31.438	0	473.551	212.139	160.187	-147.551	698.327
11. Impostos	227.224	0	0	227.224	138.966	33.669	0	399.859
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	105.706	0	0	105.706	0	0	0	105.706
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	5.558	0	0	5.558	0	0	0	5.558
113. Impostos sobre a propriedade	1.103	0	0	1.103	9.617	12.755	0	23.474
114. Impostos sobre bens e serviços	103.422	0	0	103.422	129.349	20.914	0	253.686
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	11.436	0	0	11.436	0	0	0	11.436
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	129.897	31.179	0	161.076	16.688	13.507	0	191.271
13. Transferências / Doações	272	0	0	272	45.202	91.934	-137.408	0
14. Outras receitas	84.721	258	0	84.979	11.283	21.076	-10.142	107.196

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

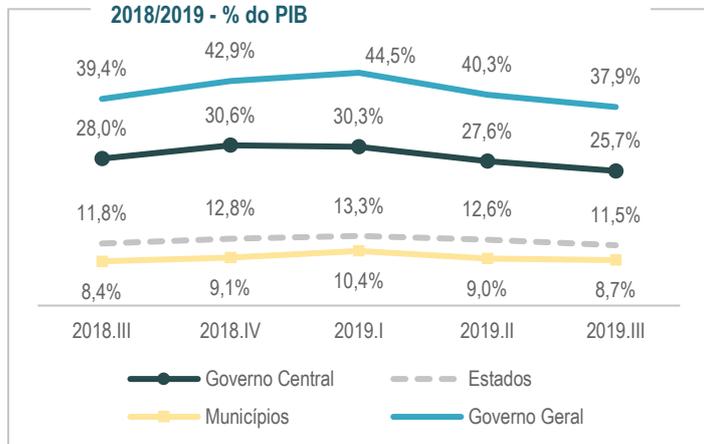
Tabela 4. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2018/2019

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.III	2019.III	Diferença	Var. %
1. Receita	685.202	698.327	13.124	1,92%
11. Impostos	393.207	399.859	6.652	1,69%
12. Contribuições sociais	177.113	191.271	14.158	7,99%
13. Transferências / Doações	19	0	-19	-
14. Outras receitas	114.864	107.196	-7.668	-6,68%

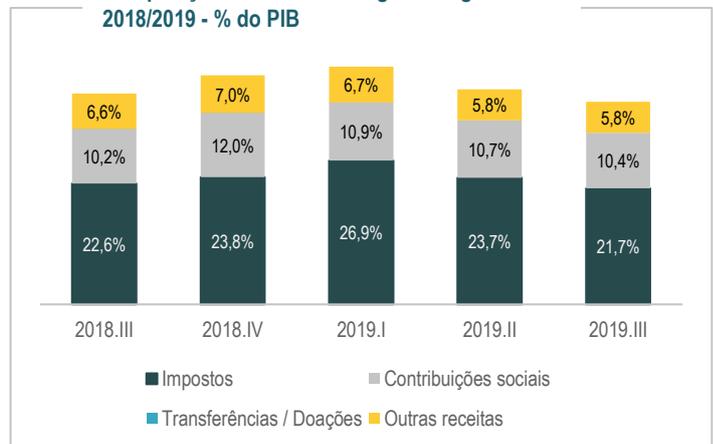
Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

Evolução das receitas por esfera de governo – 2018/2019 - % do PIB



Composição das receitas do governo geral – 2018/2019 - % do PIB



Fontes: STN, IBGE e BCB

Despesas do Governo Geral

Tabela 5. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil - 3º Trimestre de 2019

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹			Governo central consolidado	Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação					
2. Despesa	552.495	43.620	0	596.115	229.900	160.240	-147.551	838.704
21. Remuneração de empregados	69.342	0	0	69.342	84.007	74.029	0	227.377
22. Uso de bens e serviços	13.753	33	0	13.785	32.453	51.895	0	98.133
23. Consumo de capital fixo	9.156	0	0	9.156	10.284	9.210	0	28.650
24. Juros	112.645	165	n.d.	112.810	12.409	1.186	-10.142	116.263
25. Subsídios	5.321	0	0	5.321	161	104	0	5.586
26. Transferências / Doações	99.984	0	0	99.984	37.480	253	-137.408	309
27. Benefícios sociais	236.442	43.422	0	279.864	44.329	12.861	0	337.054
28. Outras despesas	5.852	0	0	5.852	8.777	10.702	0	25.332

Fonte: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

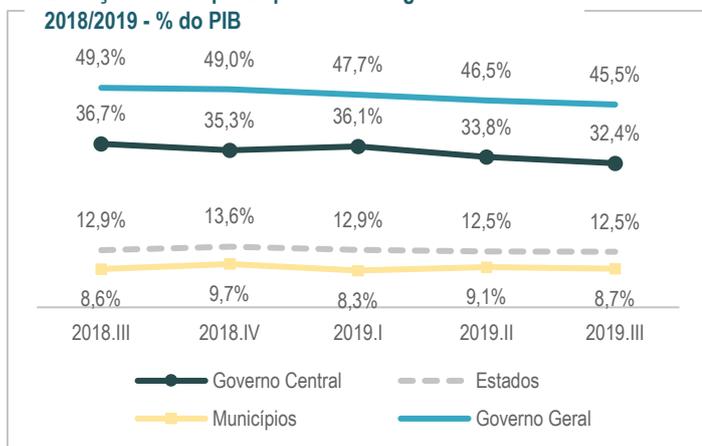
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2018/2019

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.III	2019.III	Diferença	Var. %
2. Despesa	856.170	838.704	-17.466	-2,04%
21. Remuneração de empregados	215.064	227.377	12.314	5,73%
22. Uso de bens e serviços	96.301	98.133	1.832	1,90%
23. Consumo de capital fixo	26.833	28.650	1.816	6,77%
24. Juros	167.693	116.263	-51.430	-30,67%
25. Subsídios	8.453	5.586	-2.867	-33,92%
26. Transferências / Doações	1.304	309	-996	-76,33%
27. Benefícios sociais	315.484	337.054	21.570	6,84%
28. Outras despesas	25.038	25.332	294	1,17%

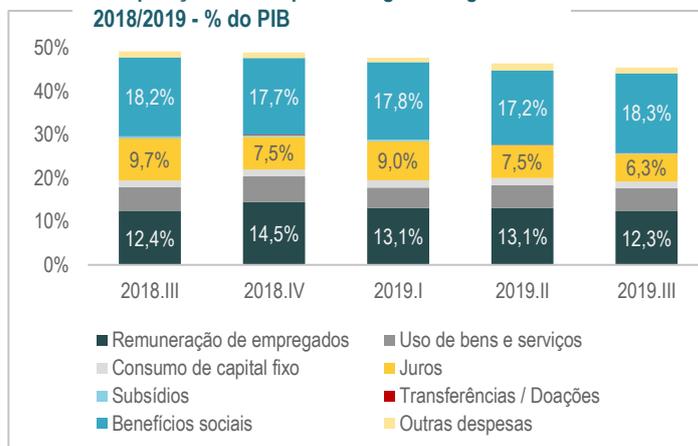
Fonte: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

Evolução das despesas por esfera de governo – 2018/2019 - % do PIB



Composição das despesas do governo geral – 2018/2019 - % do PIB



Fonte: STN, IBGE e BCB

Investimento líquido do Governo Geral

Tabela 7. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 3º Trimestre de 2019

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
3. Investimento líquido em ativos não financeiros (31-32-33)	-7.839	0	0	-7.839	-4.706	1.133	0	-11.412
31. Aquisição de ativos não financeiros	5.973	0	0	5.973	5.860	10.500	0	22.333
311. Ativos fixos	5.814	0	0	5.814	n.d.	n.d.	0	n.d.
312. Estoques	118	0	0	118	n.d.	n.d.	0	n.d.
313. Objetos de valor	9	0	0	9	n.d.	n.d.	0	n.d.
314. Ativos não produzidos	32	0	0	32	n.d.	n.d.	0	n.d.
32. Alienação de ativos não financeiros	4.656	0	0	4.656	282	157	0	5.095
321. Ativos fixos	49	0	0	49	n.d.	n.d.	0	n.d.
322. Estoques	52	0	0	52	n.d.	n.d.	0	n.d.
323. Objetos de valor	0	0	0	0	n.d.	n.d.	0	n.d.
324. Ativos não produzidos	4.555	0	0	4.555	n.d.	n.d.	0	n.d.
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	9.156	0	0	9.156	10.284	9.210	0	28.650

Fonte: STN e IBGE

n.d.: não disponível

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

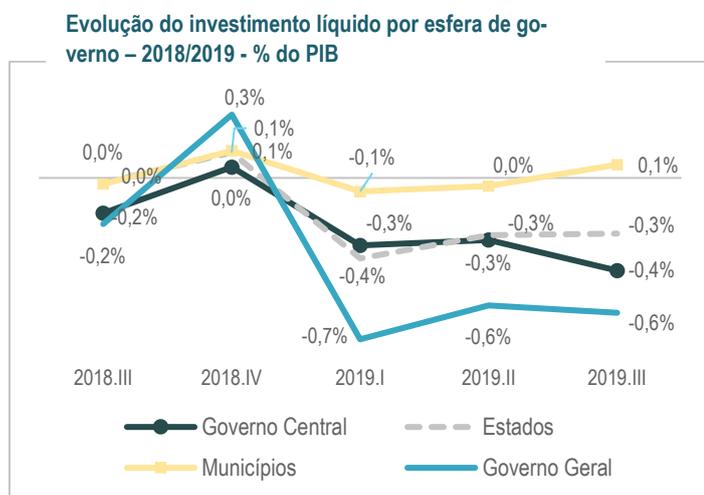
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 8. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 2018/2019

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.III	2019.III	Diferença	Var. %
3. Investimento líquido em ativos não financeiros	-3.691	-11.412	-7.721	209,21%
31. Aquisição de ativos não financeiros	24.104	22.333	-1.770	-7,34%
32. Alienação de ativos não financeiros	961	5.095	4.134	430,35%
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	26.833	28.650	1.816	6,77%

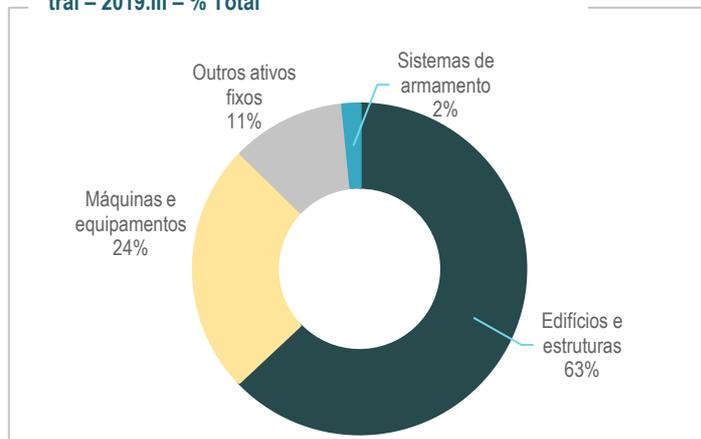
Fonte: STN e IBGE

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.



Fonte: STN e IBGE

Composição dos ativos fixos (FBCF²) do governo central – 2019.III – % Total



(2) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, estados e municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, despesas e investimento líquido em ativos não financeiros.

EFP (Estatísticas de finanças públicas) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação anual “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

1. Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do governo central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também são agregados aos respectivos entes.

2. Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do governo central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e,

portanto, sujeita a várias inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral e as contribuições sociais imputadas para o governo central foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes. Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma *proxy* do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Uma das premissas adotadas no presente trabalho e que tem amparo em manuais metodológicos internacionais, foi considerar que os registros contábeis efetuados pelas esferas superiores são mais consistentes e confiáveis que os feitos pelas outras esferas. Nesse sentido, o registro feito pela União é mais fidedigno que os realizados pelos estados, os quais, por sua vez, realizam registros mais consistentes que os efetuados pelos municípios.

Cabe destacar que ao seguir essa regra, alguns registros realizados pelas esferas inferiores são desconsiderados e novos valores são imputados em seus lugares, o que resultaria em um impacto fiscal caso nenhum outro tratamento fosse realizado. Assim, uma outra premissa adotada para os dados de Estatísticas de Finanças Públicas foi a de que não deveria haver impacto no resultado fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

3. Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

- a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.
- b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como despesa.
- c) Capacidade / necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa

O Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

- a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa que está disponível para o governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis a partir do portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/596509/Demonstrativos+GG.xlsx/ddcd1396-6105-48f7-94c9-e1a56ec62ecc>

4. Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registradas no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o Governo Central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014 §5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Até o momento essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

5. Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

6. Fontes externas e publicações relacionadas

Base de dados: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Manual de Estatísticas Fiscais: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/476865/PFI_Manual_Estatisticas_Fiscais/945c2ec4-a584-4823-9375-ffb22c070f78

Government Finance Statistics Manual 2014: <http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>

7. Institucional

Mansueto Facundo de Almeida Jr.

Secretário do Tesouro Nacional

Pedro Jucá Maciel

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

Rafael Cavalcanti de Araújo

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Equipe Técnica

Artur Henrique da Silva Santos

Gabriel Gdalevici Junqueira

Karla de Lima Rocha

Luciana de Almeida Toldo

8. Contato

Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF
Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br